

RESOLUÇÃO 01/2025 – PPGFST

Regulamenta sobre os critérios para solicitação de aproveitamento de disciplinas/créditos no Programa de Pós-graduação em Fisioterapia.

Silvana Alves Pereira

Coordenadora do Curso de Pós-graduação

Aline Braga Galvao Silveira Fernandes

Vice-Coordenadora do Curso de Pós-graduação

NATAL - 2025

RESOLUÇÃO Nº 01/2025 – do Colegiado de Curso do Programa de Pós-graduação em Fisioterapia da UFRN, de 26 de setembro de 2025.

Regulamenta sobre aproveitamento de disciplinas/créditos no Programa de Pós-graduação em Fisioterapia.

CONSIDERANDO a Resolução nº 008/2022 - CONSEPE, de 21 de junho de 2022, que dispõe sobre normas dos programas e cursos de pós-graduação da UFRN.

CONSIDERANDO a Resolução nº 084/2023 – CONSEPE/UFRN de 20 de junho de 2023, que apresenta o Regimento Interno do curso de Pós-graduação em Fisioterapia da UFRN.

RESOLVE

Art. 1º Regulamentar o aproveitamento de componentes curriculares e/ou créditos já cursados no PPGFST-UFRN, em outros cursos e programas de pós-graduação *Stricto Sensu* da UFRN ou de outras Instituições de Educação Superior reconhecidas pela CAPES.

Art. 2º O aproveitamento e validação dos créditos para integralização curricular podem ocorrer por meio das modalidades de incorporação de estudos, aproveitamento e dispensa de componente curricular.

Art. 3º A modalidade de incorporação de estudos ocorrerá quando os componentes curriculares tiverem sido integralizados com aprovação em cursos e programas de pós-graduação *Stricto Sensu* de outras Instituições de Educação Superior nacionais ou estrangeiras reconhecidas pela CAPES. Nesta modalidade, será incorporada apenas a carga horária cursada e não o conceito obtido.

Art. 4º A modalidade de aproveitamento ocorrerá quando os componentes curriculares tiverem sido integralizados com aprovação no próprio PPGFST-UFRN ou em outros cursos e programas de pós-graduação *Stricto Sensu* da UFRN.

Parágrafo 1º A modalidade de aproveitamento pode ser feita com ou sem equivalência.

Parágrafo 2º O aproveitamento por equivalência ocorrerá quando o componente curricular apresentar similaridade com algum componente curricular previsto na estrutura curricular do PPGFST-UFRN. Para o aproveitamento por equivalência, o conteúdo e a carga horária devem ser maiores ou iguais a 75% do componente curricular do PPGFST-UFRN.

Parágrafo 3º O aproveitamento sem equivalência ocorrerá quando o componente curricular for coerente com o projeto pedagógico do PPGFST-UFRN ou com a pesquisa desenvolvida, mas não apresentar similaridade com algum componente curricular previsto na estrutura curricular do PPGFST. Neste caso, serão aproveitadas as horas cursadas no componente.

Art. 5º A modalidade de **dispensa de componentes curriculares** será solicitada com o objetivo de dispensar o curso de um componente curricular obrigatório no histórico escolar do(a) discente. Esta modalidade poderá ser utilizada em dois casos:

1. Posteriormente aos pedidos de aproveitamento ou incorporação de um componente obrigatório, para contabilização do curso deste componente no histórico escolar;
2. Em caso comprovado de notório saber do(a) discente quanto ao conteúdo de um componente obrigatório.

Art. 6º Os componentes curriculares cursados em outro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* poderão ser aproveitados conforme decisão do Colegiado do Programa, não ultrapassando 50% da carga horária da estrutura curricular do PPGFST-UFRN.

Art. 7º Para ser aproveitado, o componente curricular deverá ter sido cursado há no máximo 10 (dez) anos em cursos ou programas de pós-graduação *Stricto Sensu* reconhecidos pela CAPES;

Art. 8º Para solicitação de qualquer modalidade de aproveitamento, o(a) discente deverá cadastrar no SIGAA a solicitação, com documentação comprobatória, para posterior análise do Colegiado do PPGFST-UFRN.

Parágrafo 1º As solicitações de aproveitamento devem ser autorizadas pelo orientador. Após autorização, as solicitações serão analisadas no colegiado do PPGFST para aprovação.

Parágrafo 2º Caso haja inconsistência de qualquer parte da solicitação, a mesma deverá ser reencaminhada com as condições adequadas para análise.

Art. 9º Os casos omissos a esta Resolução serão tratados no Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Fisioterapia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Art. 10 Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação e aplica-se a todos os pedidos de aproveitamento ainda não apreciados até o momento da sua aprovação, bem como aos apresentados a partir de então.

Natal, 26 de setembro de 2025

Silvana Alves Pereira
Coordenadora do PPGFST/UFRN